

nova lei de abuso de autoridade

lei 13.869/19

@beatriznamiestudies

praticado por

- excesso de poder → faz algo que não pode fazer
- desvio de função → maneira diversa
- omissão → quando tem o ~~dever~~ dever e não age

disposições gerais

→ podem ser praticados por

- servidor público
- ou não → desde que exerça uma função pública

→ **Dolo específico:** tem que ser destinado à uma finalidade

- prejudicar outrem
- beneficiar a si ou terceiro
- mero capricho / satisfação pessoal

* **obs:** divergência { fatos } não pratica abuso de autoridade
 { provas }

sujeitos

→ particular que exerce função pública ou o servidor público (**ativo**)

→ **obs:** é considerado servidor ainda que exerça função transitória ou sem remuneração

→ tanto a pessoa jurídica como a pessoa física podem ser o sujeito passivo.

↳ **bem jurídico tutelado:** dignidade da função pública

↳ **Responsabilidades do servidor:** pode ser penal, civil ou administrativa → independentes, salvo: quando a esfera criminal constatar a negativa de autoria, inexistência do fato ou excludente de ilicitude, ou seja, não pode haver penalização nas esferas civil e administrativa.

* art. 7º e 8º

@beatriznamiestudies

1- **responsabilidade criminal:** aquele que for condenado deverá indenizar, inabilitação p/ qualquer cargo, função ou mandato pelo prazo de 1 a 5 anos e por fim a perda do cargo.

* art. 4º p.º

obs: se tratando do inciso II e III só ocorrem se o agente for reincidente e não tem efeito automático.

↳ **pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito:**

* prestação de serviços à comunidade

* suspensão do cargo, função ou mandato pelo prazo de 1 a 6 meses com perda dos vencimentos.

2- **responsabilidade cível / adm:** processo cível ↓

* Em se tratando de indenização quem determina o valor mínimo é o juiz criminal

* E a administrativa será baseada no Estatuto do servidor.

↳ **obs:** art. 3º prevê que são crimes de ação penal pública INCONDICIONADA.

* **inércia do mp:** caberá ação penal privada subsidiária da pública

↳ **prazo:** 6 meses à contar do esgotamento do oferecimento da denúncia.